

CLI Sul S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
Referentes ao Trimestre Findo em
30 de Junho de 2026 e
Relatório de Revisão do Auditor Independente
sobre a Revisão das Informações Financeiras
Intermediárias

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Diretores da
CLI Sul S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, da CLI Sul S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem a demonstração do valor adicionado - DVA, referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 6 de agosto de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Danilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1 SP 278829/O-3

CLISUL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	30/06/2026	31/12/2025	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30/06/2026	31/12/2025
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	365.918	599.384	Fornecedores	11.1	23.805	28.757
Contas a receber de clientes	4	5.301	5.487	Debêntures	15	149.607	83.905
Estoques	5	4.658	5.188	Obrigações trabalhistas		19.802	22.272
Tributos a recuperar	7	24.785	23.245	Obrigações tributárias	13	9.467	13.105
Partes relacionadas	6	713	2.536	Passivo de arrendamento	12	29.124	29.478
Outros créditos		4.256	4.113	Partes relacionadas	6	34.273	207.192
Total do Ativo Circulante		405.631	639.953	Dividendos a pagar	17	-	10.904
				Outras contas a pagar	11.2	13.978	12.736
				Total do Passivo Circulante		280.056	408.349
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	94.135	85.641	Debêntures	15	1.206.206	1.185.933
Estoques	5	6.681	6.636	Passivo de arrendamento	12	159.571	158.669
Ativo indenizatório		31.421	34.658	Provisão para riscos	16	35.873	36.325
Depósitos judiciais	16	1.279	1.780	Obrigações trabalhistas		380	380
Imobilizado	9	750.172	612.340	Total do Passivo Não Circulante		1.402.030	1.381.307
Direito de uso	8	164.278	167.646	Total do Passivo Circulante e Não Circulante		1.682.086	1.789.656
Intangível	10	849.121	890.088				
Total do Ativo Não Circulante		1.897.087	1.798.789	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17		
				Capital Social		360.228	360.228
				Reserva de capital		234.957	234.957
				Reservas de Lucros		53.901	53.901
				Prejuízos acumulados		(28.454)	-
				Total do Patrimônio Líquido		620.632	649.086
TOTAL ATIVO		2.302.718	2.438.742	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.302.718	2.438.742

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias

CLISUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADO
 PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	151.126	281.391	198.502	309.924
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	21	(60.731)	(136.971)	(60.747)	(121.441)
LUCRO BRUTO		90.395	144.420	137.755	188.483
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	21	(20.549)	(44.416)	(26.361)	(50.484)
Outras despesas operacionais	21	(25.746)	(50.504)	(24.114)	(48.683)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		44.100	49.500	87.280	89.316
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas Financeiras	22	10.771	23.068	13.608	21.135
Despesas Financeiras	22	(52.471)	(106.994)	(59.524)	(110.094)
Variações cambiais, líquidas	22	(303)	(2.522)	(1.160)	(2.392)
Resultado financeiro líquido		(42.003)	(86.448)	(47.076)	(91.351)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		2.097	(36.948)	40.204	(2.035)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO	14	(3.042)	8.494	(13.340)	(1.172)
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(945)	(28.454)	26.864	(3.207)
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO POR AÇÃO	18	(0,00)	(0,05)	0,05	(0,01)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias

CLI SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Em milhares de reais - R\$)

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(945)	(28.454)	26.864	(3.207)
Lucro (prejuízo) abrangente do período	(945)	(28.454)	26.864	(3.207)
TOTAL	(945)	(28.454)	26.864	(3.207)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias

CLI SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Atribuído à participação dos controladores					
	Capital social	Reservas de capital	Reserva de lucros		Resultados acumulados	Total
		Transações entre acionistas	Reserva Legal	Reservas de lucros		
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	490.228	234.957	4.560	14.333	-	744.078
Prejuízo do período	-	-	-	-	(3.207)	(3.207)
Redução de capital social	(130.000)	-	-	-	-	(130.000)
EM 30 DE JUNHO DE 2025	360.228	234.957	4.560	14.333	(3.207)	610.871
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	360.228	234.957	6.856	47.045	-	649.086
Prejuízo do período	17	-	-	-	(28.454)	(28.454)
EM 30 DE JUNHO DE 2026	360.228	234.957	6.856	47.045	(28.454)	620.632
			2.296	32.712		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias

CLISUL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(36.948)	(2.035)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	8, 9, 10 e 12	80.871	83.145
Provisão de demandas judiciais	21	3.128	413
Reversão para perdas com créditos de liquidação duvidosa e estoques	21	(118)	(357)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	22	108.969	112.222
		155.902	193.388
REDUÇÃO/(AUMENTO) EM ATIVOS			
Contas a receber de clientes		(2.218)	(616)
Estoques		485	778
Partes relacionadas, liquidas		(11.101)	3.743
Impostos a recuperar		(3.205)	(2.333)
Depósitos judiciais e ativos indenizatórios		158	245
Outras contas a receber		(143)	1.671
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM PASSIVOS			
Fornecedores		(4.952)	(3.819)
Obrigações trabalhistas		(2.470)	(2.615)
Obrigações tributárias		(3.166)	2.721
Provisão para riscos		-	(59)
Outros passivos, líquidos		1.242	1.045
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		130.532	194.149
Imposto de renda e contribuição social pagos		(472)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		130.060	194.149
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Adições ao imobilizado e intangível	04, 09 e 10	(152.894)	(45.994)
Mútuos entre partes relacionadas	6	-	78.325
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(152.894)	32.331
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Captação de novos empréstimos	15	-	272.217
Pagamento de juros de debêntures	15	(20.154)	(6.554)
Amortização de principal de arrendamento	12	(5.803)	(5.278)
Pagamento de juros de arrendamento	12	(13.225)	(13.690)
Mútuos entre partes relacionadas	6	(160.546)	(130.000)
Dividendos pagos		(10.904)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(210.632)	116.695
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		(233.466)	343.175
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		599.384	154.497
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		365.918	497.672
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(233.466)	343.175

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias

CLI SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico por lote de mil ações apresentado em reais - R\$)

	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Receitas	306.184	340.462
Receita de contrato com cliente	305.557	339.301
Outras receitas	509	1.156
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa – Constituição	118	-
Insumos adquiridos de terceiros	(78.418)	(65.249)
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(43.533)	(31.697)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(34.885)	(33.552)
Valor adicionado bruto	227.766	275.213
Depreciações e amortizações	(80.871)	(83.145)
Valor adicionado produzido pela Entidade	146.895	192.068
Valor adicionado recebido em transferência	35.021	34.868
Receitas financeiras	35.021	34.868
Valor adicionado total a distribuir	181.916	226.936
Distribuição do valor adicionado	181.916	226.936
Pessoal e encargos sociais	51.226	53.272
Remuneração direta	40.838	44.657
Benefícios	7.016	6.287
FGTS	3.372	2.328
Impostos, taxas e contribuições	26.997	41.368
Federais	9.320	22.737
Estaduais	630	279
Municipais	17.047	18.352
Remuneração de capitais de terceiros	132.147	135.503
Despesas financeiras	120.536	124.979
Aluguéis	11.611	10.524
Outros	-	-
Remuneração de capitais próprios	(28.454)	(3.207)
Prejuízo retido no período	(28.454)	(3.207)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias

CLI SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES DA COMPANHIA

1.1. Contexto operacional

A CLI Sul S.A. (“Companhia” ou “CLI Sul”) é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo - SP, constituída em 25 de agosto de 2021.

A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante a prestação de serviços no setor de logística (armazenagem e elevação), principalmente destinados à exportação de “commodities agrícolas”, oferecendo uma solução integrada de movimentação, armazenagem e embarque.

A Companhia opera apenas no segmento de terminais de transbordo e exportadores de açúcar e grãos no Porto de Santos, São Paulo, sendo esse o único segmento do negócio.

Concessão do Terminal portuário

A Companhia detém a concessão de serviços de terminais portuários no Porto de Santos, com prazo até março de 2036.

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão de terminais portuários. Como não há controle substancial sobre quem recebe o serviço nem sobre a definição de preço, a interpretação técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de concessão não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito dos pronunciamentos técnicos CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos e CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado.

Os contratos de concessão podem ser extintos por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária. Na eventualidade de ocorrer extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

- Retornariam ao poder concedente (União) todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.
- Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União, tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito a avaliações técnicas e financeiras por parte da União.

Ambiente macroeconômico e geopolítico

A Administração da Companhia acompanha a evolução do cenário geopolítico internacional, em especial os desdobramentos recentes no Oriente Médio, incluindo eventuais impactos sobre a navegação no Estreito de Ormuz.

O estreito constitui rota relevante para o comércio global de petróleo e gás natural liquefeito, de modo que eventuais restrições ou aumento do risco de navegação podem afetar preços de energia, custos de frete e seguros internacionais, com potenciais reflexos indiretos em cadeias globais de suprimentos e no custo de insumos relacionados às atividades da Companhia.

Considerando a natureza de suas operações (prestação de serviços logísticos e de elevação portuária no porto de Santos/SP), a Administração avaliou os possíveis impactos desse cenário e, até a data de autorização para emissão destas informações financeiras intermediárias, não identificou efeitos diretos materiais sobre sua posição patrimonial e financeira, desempenho operacional ou fluxos de caixa, tampouco eventos que demandem ajustes aos saldos contábeis em 30 de junho de 2026.

A Administração seguirá monitorando a evolução do cenário e seus eventuais desdobramentos, em especial o escoamento de graneis vegetais sólidos a partir do terceiro trimestre, transportados para o oriente médio através do estreito, os quais, se relevantes e mensuráveis, serão reconhecidos prospectivamente, conforme as práticas contábeis aplicáveis.

Mudança de acionistas

Em 2 de junho de 2026, foi assinado contrato de compra e venda de ações entre, de um lado, PE SOPP Fundo de Investimento em Participações II Multiestratégia Investimento no Exterior (“PE SOPP FIP”) e SOPP Infra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“SOPP Infra FIP”), fundos de investimento geridos pela IG4 Capital, e Brasil Terminais Logísticos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“MIP V Fund” e, em conjunto com PE SOPP FIP e SOPP Infra FIP, os “Acionistas CLI”), fundo de investimento gerido pela Macquarie Asset Management, e, de outro lado ADP Brazil Ports Holdco S.A., subsidiária da AD Ports Group (“Compradora”), com a CLI e Abu Dhabi Ports Company PJSC como anuentes, por meio do qual os Acionistas CLI se comprometeram a alienar à Compradora a totalidade das ações de emissão da CLI S.A. (controladora da CLI Sul) de sua titularidade, representativas, nesta data, de 100% (cem por cento) das ações de emissão da CLI S.A. Ainda, tendo em vista que a CLI S.A. detém 80% (oitenta por cento) das ações de emissão da CLI Sul, a Operação resultará na alteração de controle indireto da CLI Sul.

A conclusão da Operação está sujeita ao cumprimento de condições suspensivas usuais para operações desta natureza, incluindo a obtenção da aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Adicionalmente, as informações seguem o pronunciamento técnico CPC21 (R1) - Demonstração Intermediária, aprovado pela CVM Deliberação nº 673, de 20 de outubro de 2011, e estão em conformidade com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”. As informações financeiras da Companhia, portanto, estão também em conformidade com as normas internacionais de contabilidade - “International Financial Reporting Standards - IFRS”.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Companhia.

2.2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As informações financeiras individuais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras intermediárias é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos (equivalente à norma internacional IFRS 16) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado no pronunciamento técnico CPC 16 (R1) - Estoques (equivalente à norma internacional IAS 2) ou valor em uso no pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente à norma internacional IAS 36).

O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas na troca de ativos.

A preparação das informações financeiras individuais, requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Vide nota explicativa nº 2.5 para maiores detalhes.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de seguir operando no futuro previsível e concluiu que ela pode manter suas operações e sistemas em funcionamento normalmente. Dessa forma, não há conhecimento de qualquer incerteza material que possa levantar dúvidas substanciais sobre sua continuidade, e assim as demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras intermediárias são apresentadas em Reais ("R\$"), moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário em que opera, gera e consome recursos.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração exerça julgamentos, utilize estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, e são continuamente revisados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas esse exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

Abaixo são apresentadas as principais áreas que envolvem estimativas, de modo a proporcionar um melhor entendimento sobre como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, incluindo as variáveis e premissas utilizadas em cada uma:

a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia calcula e reconhece a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo.

b) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia revisa o saldo dos ativos, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando o ativo não gera fluxos de caixa separadamente dos outros ativos, a Companhia calcula o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas esperadas

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos vencidos e a vencer, considerando o conceito de perdas esperadas do pronunciamento técnico CPC 48 (equivalente à norma internacional IFRS 9) - Instrumentos financeiros.

d) Provisão para custos portuários

Outras contas a pagar incluem provisões operacionais e são decorrentes de custos portuários (navegação), provisão para “demurrage”, estadia e outros gastos operacionais, cujos serviços já foram prestados e/ou os produtos foram entregues pelos fornecedores, gerando uma obrigação presente para a Companhia no final de cada período de relatório, estimada com base nos termos contratuais junto aos seus fornecedores ou de acordo com a experiência histórica acumulada.

A seguir apresenta-se os principais custos portuários incorridos pela Companhia:

- Provisão para “demurrage”: Quando o tempo de operação e espera do navio ultrapassa o tempo acordado em contrato de afretamento existirá o custo a ser repassado na cadeia logística.
- Provisão para estadia: Estadia rodoviária paga para os veículos que levaram mais de 24h desde a sua chegada no pátio regulador até sua efetiva descarga na moega. Cada contrato possui parâmetros próprios para ressarcimento de custos de estadia.
- “Laytime” (Estadia de navio): Para alguns contratos da Companhia, o terminal Elevações Portuárias possui a responsabilidade quanto ao “laytime” (estadia) dos navios dos clientes. Portanto, incorre em valor a pagar pelo Terminal ao Embarcador, que posteriormente paga ao afretador que por fim repassa para o Armador no caso de custo. Para os casos de prêmio é seguido o caminho inverso.

e) Provisão para riscos

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem parte em processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 16. São constituídas provisões para perdas relacionadas a processos judiciais sempre que a Administração avalia que a perda é provável e pode ser estimada com grau razoável de segurança, em conformidade com as práticas contábeis vigentes. A avaliação da probabilidade de perda e da mensuração das provisões considera, entre outros fatores, as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência aplicável, as decisões mais recentes proferidas pelos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões e avaliações técnicas emitidas por assessores jurídicos externos.

A Administração considera que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão adequadamente refletidas nas demonstrações financeiras intermediárias.

f) Passivo de arrendamento

A mensuração do passivo de arrendamento é efetuada de acordo com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, com base no valor presente dos pagamentos de arrendamento. A estimativa da taxa incremental sobre empréstimos é elaborada utilizando, sempre que disponíveis, dados observáveis de mercado, como taxas de juros praticadas em operações de financiamento com prazos e características similares. Adicionalmente, a estimativa considera aspectos específicos da Companhia, incluindo, entre outros fatores, o perfil e o “rating” de crédito, de forma a refletir as condições mais representativas que seriam aplicáveis a uma captação de recursos para a aquisição de um ativo de valor e prazo equivalentes ao do contrato de arrendamento, na data de início do contrato.

2.5. Sumário das principais políticas e práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias têm como objetivo proporcionar uma melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicada.

As políticas e práticas contábeis adotadas são consistentes com aquelas utilizadas e divulgadas na elaboração das demonstrações financeiras anuais, referente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2025, não havendo modificações entre os períodos de elaboração.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Composição de caixa e equivalente de caixa

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Caixa e equivalentes de caixa	7.948	43.152
Aplicações financeiras	<u>357.970</u>	<u>556.232</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>365.918</u>	<u>599.384</u>

As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, e compromissada, com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 99,82% do CDI em 30 de junho de 2026 (96,68% do CDI em 31 de dezembro 2025).

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	30/06/2026	31/12/2025
Clientes nacionais	1.023	2.956
Clientes estrangeiros	5.305	3.676
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(1.027)	(1.145)
Total	5.301	5.487

A composição das contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	30/06/2026	31/12/2025
Créditos a vencer	5.305	3.706
Vencidas:		
Créditos vencidos até 60 dias	-	1.640
Créditos vencidos de 181 a 360 dias	-	146
Créditos vencidos acima de 361 dias	1.023	1.140
Total	6.328	6.632

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, caso em que são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

Redução por perda do valor recuperável

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito e do comportamento histórico da inadimplência. Porém a Companhia não possui um histórico significativo de inadimplência. Valores apresentados na provisão para perdas de crédito são referentes a processos administrativos por cancelamentos de notas fiscais em órgãos públicos.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, houve movimentação na provisão para perda do valor recuperável para R\$1.027, (R\$1.145 em 31 de dezembro de 2025).

5. ESTOQUES

	30/06/2026	31/12/2025
Peças e acessórios	5.547	7.127
Combustíveis e lubrificantes	574	687
Almoxarifado e outros	5.218	4.010
Total	11.339	11.824
Circulante	4.658	5.188
Não circulante	6.681	6.636

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$2.595 em 30 de junho de 2026 (R\$5.678 em 31 de dezembro de 2025). No período, houve reversão de provisão de R\$3.011, sem novas adições.

6. PARTES RELACIONADAS

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Contas a receber de clientes:		
Rumo S.A. (i)	713	2.536
Total Ativo circulante	<u>713</u>	<u>2.536</u>
<u>Passivo circulante</u>		
Fornecedores:		
Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (iv)	975	167.409
Rumo S.A. (ii)	24.932	29.277
Raízen S.A. (iii)	7.305	9.445
Outros	1.061	1.061
Total Passivo circulante	<u>34.273</u>	<u>207.192</u>

- (i) Os saldos de contas a receber, classificados no ativo circulante, no montante de R\$713, composto por reembolsos de gastos incorridos pela Companhia por conta e ordem da Rumo. (Em 2025, R\$468 relativos a reembolsos de gastos e por R\$2.068 referentes a recebíveis de performance).
- (ii) O saldo de contas a pagar, classificado no passivo circulante, em 30 de junho de 2026, refere-se, principalmente, por saldos de “demurrage” no montante R\$14.108 (R\$18.211 em 2025) e saldo de R\$10.824 a ser reembolsado à Rumo. (vide nota explicativa nº 7).
- (iii) O saldo de contas a pagar, classificado no passivo circulante, refere-se, substancialmente a adiantamentos de serviços de elevação a serem prestados de R\$11.055 (em 2025, R\$28.279), compensados com saldos a receber de serviços de elevação no montante de R\$3.751 (em 2025, R\$18.834).
- (iv) O saldo de contas a pagar, no passivo circulante, se referem à rateios corporativos de serviços compartilhados com a Corredor Logística e Infraestrutura S.A. no montante de R\$975. Em 2025, a Companhia celebrou contrato de mútuo com sua controladora, Corredor Logística e Infraestrutura S.A., no montante de R\$160.000, com vencimento em 2 de janeiro de 2026 e taxa de juros de CDI + 1.25%. O mútuo foi integralmente liquidado na data prevista.

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são registradas pelos termos e condições estabelecidos em contrato, os quais são negociados em condições normais de mercado. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro.

Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Transações com partes relacionadas

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Receita operacional líquida:		
Raízen Energia S.A. e controladas (i)	47.112	30.163
Rumo S.A. (iii)	-	388
Outros	-	849
	<u>47.112</u>	<u>31.400</u>

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
‘Compras de produtos/insumos e despesas de operação:		
Logisport Armazéns Gerais S.A. (ii)	(6.364)	(6.097)
Rumo S.A. (iii)	(3.364)	(1.140)
Outros	-	(100)
	<u>(9.728)</u>	<u>(7.337)</u>
Despesa compartilhada:		
Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (iv)	(7.939)	(10.003)
	<u>(7.939)</u>	<u>(10.003)</u>

- (i) Refere-se a prestação de serviços para a Raízen Energia e a Raízen S.A. de armazenagem e elevação portuária, contratada em condições de mercado (empresas grupo Rumo).
- (ii) Refere-se a locação de espaço para armazenagem no período findo em 30 de junho de 2026 e 2025 junto à Logisport Armazéns Gerais S.A., de acordo com o contrato celebrado entre as partes (empresa grupo Rumo).
- (iii) Refere-se a prestação de serviço no período findo em 30 de junho de 2026 e 2025 junto à Rumo S.A. e à locação de armazéns localizados em Itirapina e Jaú, de acordo com o contrato celebrado entre as partes (empresa grupo Rumo).
- (iv) Refere-se a reembolsos de serviços compartilhados no período findo em 30 de junho de 2026 e 2025, junto à Corredor Logística e Infraestrutura S.A., no montante de R\$7.939, sendo que R\$5.746 (R\$6.487 em 30 de junho de 2025) se refere à rateios corporativos de serviços compartilhados e R\$2.193 (R\$3.516 em 30 de junho de 2025) à remuneração da Administração, conforme o contrato celebrado entre as partes.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

São compostos como segue:

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
PIS	1.726	1.432
COFINS	7.832	6.479
IRPJ/CSLL (1)	14.830	14.937
Previdenciário	397	397
Total	<u>24.785</u>	<u>23.245</u>

- (1) Em 2018, a Companhia entrou com ação liminar contra a decisão da Receita Federal do Brasil, que proibiu a compensação de débitos oriundos de imposto de renda e à contribuição social por estimativa. Em 2023, essa liminar foi derrubada, resultando no pagamento de R\$12.850 realizado pela Companhia em 2023, sendo que R\$10.824 poderá ser compensado ou restituído no futuro. O montante pago foi integralmente desembolsado pela Rumo S.A., visto que referido montante refere-se a época de sua gestão e, uma vez que a Companhia compense ou restitua, deverá devolvê-lo. Ante o exposto, a Companhia mantém as informações divulgadas na nota explicativa nº 6.

8. DIREITO DE USO

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Concessão:		
CLI Sul S.A.	163.603	165.932
Outros	675	1.714
Total	<u>164.278</u>	<u>167.646</u>

Movimentação do direito de uso

	Vida útil em anos	31/12/2025	Adição	Remensuração (NE nº 12)	Amortização	30/06/2026
Concessão portuária - Santos	14	165.932	-	6.012	(8.341)	163.603
Outros	2	1.714	-	-	(1.039)	675
Total do ativo		<u>167.646</u>	<u>-</u>	<u>6.012</u>	<u>(9.380)</u>	<u>164.278</u>

	Vida útil em anos	31/12/2024	Adição	Remensuração (NE nº 12)	Amortização	31/12/2025
Concessão portuária - Santos	14	173.302	-	8.755	(16.125)	165.932
Outros	2	-	4.155	52	(2.493)	1.714
Total do ativo		<u>173.302</u>	<u>4.155</u>	<u>8.807</u>	<u>(18.618)</u>	<u>167.646</u>

9. IMOBILIZADO

	30/06/2026	31/12/2025
Terrenos, edifícios e benfeitorias	183.016	172.392
Máquinas, equipamentos e instalações	268.553	283.744
Obras em andamento	297.100	154.680
Móveis e utensílios	1.503	1.524
	<u>750.172</u>	<u>612.340</u>

Movimentação do ativo imobilizado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Máquinas, equipamentos e instalações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	189.285	1.028	6.813	306.116	503.242
Adições	-	855	142.669	20.449	163.973
Depreciação no exercício	(16.893)	(359)	-	(42.821)	(60.073)
Transferências	-	-	5.198	-	5.198
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>172.392</u>	<u>1.524</u>	<u>154.680</u>	<u>283.744</u>	<u>612.340</u>
Adições (i)	2.225	14	164.995	486	167.720
Depreciação no período	(11.978)	(42)	-	(16.608)	(28.628)
Transferências	20.377	7	(22.421)	777	(1.260)
Saldo em 30 de junho de 2026	<u>183.016</u>	<u>1.503</u>	<u>297.254</u>	<u>268.399</u>	<u>750.172</u>

- (i) Em 30 de junho de 2026, estão registrados em obras em andamento o montante de R\$13.664 (R\$18.139 em 31 de dezembro de 2025), referente à adiantamentos à fornecedores relacionados ao plano de modernização das operações do Porto de Santos, iniciado em 2025 e com conclusão prevista para 2029. Os valores registrados serão apropriados ao ativo imobilizado conforme a efetiva execução dos projetos vinculados.

Além disso, foram capitalizados juros nos seis meses findos em 30 de junho de 2026 R\$15.123 (em 2025, foi registrado o montante de R\$14.107), que estão classificados como obras em andamento, tendo sido utilizado uma taxa de 7,16% para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização, que representa a taxa efetiva dos empréstimos.

As vidas úteis estimadas das aquisições de itens novos (bens não reversíveis) para o período corrente é a seguinte:

	Vida útil
Móveis e utensílios	10 - 15 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 - 15 anos
Edifícios e benfeitorias	20 - 25 anos

Em 30 de junho de 2026, a Administração da Companhia avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados.

10. INTANGÍVEL

	30/06/2026	31/12/2025
Licença de operação	834.858	876.217
Outros	14.263	13.871
	<u>849.121</u>	<u>890.088</u>

Licença de operação

Refere-se ao valor pago a título de outorga no contrato de concessão.

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de Amortização %
Licença de operação - Santos (custo)	3,70%
Licença de operação - Santos (mais valia)	7,53%

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

Movimentação do ativo intangível

	Licença de operação	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	963.502	19.038	982.540
Adição	-	2.789	2.789
Amortização do exercício	(87.285)	(2.758)	(90.043)
Transferência para imobilizado	-	(5.198)	(5.198)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	876.217	13.871	890.088
Adição do período	-	297	297
Amortização do período	(41.359)	(1.165)	(42.254)
Transferências do imobilizado	-	1.260	1.260
Saldo em 30 de junho de 2026	<u>834.858</u>	<u>14.263</u>	<u>849.121</u>

Em 30 de junho de 2026 a Administração da Companhia avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

11. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

11.1. Fornecedores

	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores nacionais	21.319	16.719
Fornecedores estrangeiros	-	10.813
Outros	2.486	1.225
Total fornecedores	<u>23.805</u>	<u>28.757</u>

11.2. Outras contas a pagar

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Provisão de estadia (nota explicativa nº 2.5 (d))	5.422	4.671
Provisões diversas	3.922	4.093
Adiantamento de clientes	4.379	3.720
Outras contas a pagar	<u>255</u>	<u>252</u>
Total outras contas a pagar	<u>13.978</u>	<u>12.736</u>

12. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia determinou sua taxa de desconto com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia à época da transação. A taxa obtida foi de 14,53% a.a. A movimentação de saldos de passivo de arrendamento a pagar é apresentada no quadro abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	185.075
Adição	4.155
Apropriação de juros	26.972
Pagamento de principal	(10.564)
Pagamento de juros	(26.972)
Remensuração anual	8.807
Outros	<u>674</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	188.147
Apropriação de juros	13.225
Pagamento de principal	(5.803)
Pagamento de juros	(13.225)
Remensuração anual	6.012
Outros	<u>339</u>
Saldo em 30 de junho de 2026	188.695
Circulante	29.124
Não circulante	<u>159.571</u>
	<u>188.695</u>

A seguir, é demonstrado o fluxo de pagamento por vencimento para os passivos de arrendamento:

Maturidade dos contratos	
Vencimento das prestações	
2026	18.347
2027	35.073
2028	35.073
2029 até o término do contrato	<u>254.397</u>
Valor não descontado	342.890
Juros embutido	<u>(154.195)</u>
Saldo em 30 de junho de 2026	<u>188.695</u>

Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos, não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS/COFINS apresentados no quadro a seguir:

Fluxo de caixa	30/06/2026	
	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	342.890	188.695
PIS/COFINS potencial (9,25%)	31.717	17.454

Outras divulgações

Para atender à orientação das áreas técnicas da CVM, previstas no Ofício-Circular CVM SNC/SEP nº 02/2019, a Companhia apresenta, na sequência, os impactos na mensuração e remensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, ao considerar em sua estimativa a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, considerando a inflação média de 5,91% a.a. (B3).

	30/06/2026
<u>Passivo de arrendamento</u>	
Contábil - pronunciamento técnico CPC 06 R2 (IFRS 16)	188.695
Fluxo com projeção de inflação	199.850
Variação	11.155
<u>Direito de uso</u>	
Contábil - pronunciamento técnico CPC 06 R2 (IFRS 16)	164.278
Fluxo com projeção de inflação	173.990
Variação	9.712
<u>Despesa financeira</u>	
Contábil - pronunciamento técnico CPC 06 R2 (IFRS 16)	(13.225)
Fluxo com projeção de inflação	(14.707)
Variação	(782)
<u>Despesa de depreciação</u>	
Contábil - pronunciamento técnico CPC 06 R2 (IFRS 16)	(9.380)
Fluxo com projeção de inflação	(9.935)
Variação	(555)

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	30/06/2026	31/12/2025
IRPJ/CSLL	18	486
ICMS	2.708	2.372
PIS e COFINS	1.168	5.029
ISS	3.753	3.450
Outros impostos a recolher	1.820	1.768
Obrigações tributárias	9.467	13.105

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

14.1. Conciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social e a alíquota efetiva é demonstrada a seguir. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais, combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social em resultado, é demonstrada conforme detalhamento:

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	2.097	(36.948)	40.204	(2.035)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à taxa nominal combinada (34%)	(713)	12.562	(13.669)	692
Outras diferenças permanentes, líquidas	(282)	(430)	(493)	(630)
Amortização mais valia não dedutível	(1.729)	(3.457)	(1.690)	(3.381)
Reversão de reembolsos de partes relacionadas	-	-	2.244	2.244
Outros	(318)	(181)	268	(97)
Resultado de imposto de renda e contribuição social	(3.042)	8.494	(13.340)	(1.172)
Imposto de renda e da contribuição social no resultado:				
IRPJ/CSLL Diferido	(3.042)	8.494	(13.340)	(1.172)
Total	(3.042)	8.494	(13.340)	(1.172)

14.2. Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis. As alíquotas desses impostos definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos correspondem a 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	30/06/2026	31/12/2025
Diferenças temporárias:		
Provisão para participação nos resultados	2.194	3.191
Provisão para estoques obsoletos e crédito de liquidação duvidosa	1.256	2.320
Provisões de “demurrage”, estadias e outras provisões	12.425	12.451
Passivo de arrendamento	13.002	11.913
Amortização mais-valia antes da incorporação	29.650	31.196
Prejuízos fiscais e base negativa	35.608	24.570
Tributos diferidos - Ativos	94.135	85.641
Imposto de renda ativo diferido, líquido	94.135	85.641

O cronograma esperado para realização do imposto de renda diferido ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa é como segue:

	30/06/2026	31/12/2025
Ano:		
2026	19.954	8.916
2027	12.144	12.144
2028	3.510	3.510
	<u>35.608</u>	<u>24.570</u>

A Companhia avalia a realização dos ativos fiscais diferidos ao final de cada período de apresentação das demonstrações financeiras, registrando os impostos diferidos ativos na medida em que seja provável a disponibilidade de lucros tributáveis futuros.

Os lucros tributáveis futuros são derivados dos planos de negócios, devidamente aprovados pelos órgãos de administração da Companhia, realizados em bases nominais, observando o período máximo de 10 anos (inferior ao período remanescente da concessão), utilizando como premissas informações históricas e fontes de mercado, ajustados pela expectativa de realização das diferenças temporárias ativos e passivos, e considerando a estimativa de despesa com imposto de renda nos anos vindouros, às alíquotas vigentes, não considerando qualquer desconto ao valor presente.

A Administração realiza, anualmente, a revisão das estimativas relacionadas à recuperabilidade dos créditos. Em 31 de dezembro de 2025, data da última revisão, foram analisados os cenários de estresse envolvendo reduções relevantes em receitas e aumentos nas taxas de juros. Com base nessas análises, a Administração estima que os créditos recuperados em prazo inferior a 10 anos.

15. DEBÊNTURES

	Taxa de juros (%)	30/06/2026	31/12/2025
	CDI + 3,20% (a)		
	IPCA + 6,608% (b)		
Debênture (a)/(b)/(c)	IPC + 8,5536% (c)	1.393.551	1.310.016
Custo de transação		(37.738)	(40.178)
Total		<u>1.355.813</u>	<u>1.269.838</u>
Circulante		149.607	83.905
Não circulante		<u>1.206.206</u>	<u>1.185.933</u>
		<u>1.355.813</u>	<u>1.269.838</u>

A movimentação das debêntures, está demonstrada a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	1.269.838	998.501
Captação (i)	-	272.217
Juros Incorridos	103.689	193.802
Custos apropriados	2.440	4.661
Pagamento de principal	-	(40.000)
Pagamento de juros	(20.154)	(159.343)
Saldo final	<u>1.355.813</u>	<u>1.269.838</u>

- (i) No primeiro trimestre de 2025, a Companhia realizou captação no montante de R\$300.000, incorrendo em custos de captação no montante de R\$27.783.

Os vencimentos das debêntures registradas no passivo não circulante em 30 de junho de 2026, são como segue:

	<u>30/06/2026</u>
Ano:	
2027	101.560
2028	111.120
2029	157.119
2030 a 2035	836.407
Saldo final	<u><u>1.206.206</u></u>

a) Emissão de debêntures

Em outubro de 2022, a CLI Sul S.A. realizou sua 1ª emissão de debêntures, no valor total de R\$800.000, totalmente subscritas em outubro de 2022. A emissão teve como finalidade o pagamento do preço relativo à aquisição de 80% (oitenta por cento) do capital de Elevações Portuárias S.A (“EPSA”). A emissão trata-se de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem cláusula de repactuação, a ser convolada na espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, constituída por 800 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.

As debêntures e sua remuneração serão amortizadas em 9 (nove) parcelas anuais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização de principal e juros, sendo a primeira parcela tendo sido liquidada em outubro de 2023 e a última será liquidada em outubro de 2031.

As obrigações de pagamento de principal, remuneração e encargos relacionados às debentures, foram, inicialmente, garantidas pelas ações da EPSA detidas pela Companhia equivalentes a 52% do capital social, bem como por meio de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da EPSA oriundos de contrato de prestação de serviços.

Em 30 de abril de 2024, foi concluído o processo de reorganização societária da Companhia, resultando na incorporação da EPSA pela CLI. Assim, para garantir todas as obrigações fiduciárias, a garantia fiduciária passou a recair sobre as ações de titularidade da Controladora - Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (“CLI Norte”) detidas no capital social da CLI Sul. Não houve alteração quanto a cessão fiduciária de direitos creditórios.

b) 2ª Emissão de debêntures em 2023

Em outubro de 2023, a extinta EPSA emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada, que perfizeram o montante de R\$196.000. Os créditos imobiliários provenientes das debêntures, integram o lastro dos certificados e recebíveis imobiliários (CRI), os quais foram ofertados por meio de distribuição pública. As debêntures serão amortizadas em três parcelas iguais e anuais a partir de 2031 e pagamento de juros semestrais. A garantia fidejussória foi outorgada pelas fiadoras CLI Norte (Controladora) e CLI Sul.

Após incorporação da EPSA pela CLI Sul, a Companhia passou a ser integralmente responsável por toda e qualquer obrigação, dever e direito da EPSA decorrentes da emissão. Na mesma oportunidade, excluiu-se a CLI Sul como fiadora da emissão.

c) 3ª Emissão de debêntures em 2025

Em fevereiro de 2025, a CLI Sul S.A. realizou a 3ª emissão de debêntures simples, no valor total de R\$300.000, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, emitidas em série única.

As debêntures emitidas preveem pagamentos fixos de remuneração em 21 parcelas semestrais e consecutivas, contadas a partir da data de emissão, com vencimento nos meses de fevereiro e agosto de cada ano. O primeiro pagamento foi realizado em agosto de 2025 e o último será em agosto de 2035.

A amortização do valor nominal unitário das debêntures será realizada em 7 parcelas anuais, sendo a primeira amortização em 15 de agosto de 2029 e finalizando-se na data de vencimento das debêntures, em 15 de agosto de 2035.

A controladora, CLI Norte, é garantidora fidejussória.

d) Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

As debêntures estão sujeitas as mesmas condições restritivas, que contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia mantenha determinados índices financeiros dentro de parâmetros preestabelecidos, atrelados a liquidez corrente, solvência e cobertura de juros (“covenants” financeiros), conforme segue:

- Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,50, a ser apurado anualmente.
- Índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) consolidado mínimo de 1,20, a ser apurado semestralmente.

Na avaliação da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores (“covenants” financeiros) sejam mensurados anualmente ou semestralmente, foram adequadamente atendidas em 30 de junho de 2026.

Além dos “covenants” financeiros, os contratos de empréstimo contêm cláusulas de “covenants” não financeiros, usuais do mercado, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos “covenants” financeiros, sendo que não há nenhum descumprimento que enseje vencimento antecipado dos contratos de empréstimo da Companhia.

16. PROVISÃO PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada, resultante de eventos passados. É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, seja por meio de pagamento ou outra forma de resolução da obrigação. O montante da obrigação foi estimado de forma segura, com base nas melhores informações disponíveis, considerando a natureza da despesa e as circunstâncias do evento que originou a obrigação.

A avaliação da perda de probabilidade das demandas judiciais leva em consideração as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência relevante, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de assessores jurídicos externos.

As provisões são revisadas e ajustadas conforme as circunstâncias evoluem, incluindo, mas não se limitando, de acordo com o prazo de prescrição, as conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais, identificação de exposições adicionais, que podem surgir de novos assuntos ou decisões de tribunais.

Em relação aos processos judiciais originados de combinações de negócios, as provisões são estimadas a valor justo da data-base da aquisição, conforme as diretrizes aplicáveis.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou provisões para demandas judiciais em relação a processos em curso, conforme descrito a seguir:

Provisão para demandas judiciais

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Tributárias	1.965	1.965
Cíveis, regulatórias e ambientais	24.392	25.324
Trabalhistas	9.516	9.036
Total	<u>35.873</u>	<u>36.325</u>

Depósitos judiciais

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Tributárias	295	295
Cíveis, regulatórias e ambientais	316	630
Trabalhistas	668	855
Total	<u>1.279</u>	<u>1.780</u>

Movimentação das provisões para demandas judiciais

	<u>Tributárias</u>	<u>Cíveis, regulatórias e ambientais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.511	31.581	16.041	51.133
Adição de provisão	1.965	-	1.934	3.899
Pagamento e reversão de provisão	(3.511)	(6.460)	(10.318)	(20.289)
Atualização monetária	=	<u>203</u>	<u>1.379</u>	<u>1.582</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.965	25.324	9.036	36.325
Adição de provisão	-	545	4.101	4.646
Pagamento e reversão de provisão	-	(1.542)	(3.867)	(5.409)
Atualização monetária	-	<u>65</u>	<u>246</u>	<u>311</u>
Saldo em 30 de junho de 2026	<u>1.965</u>	<u>24.392</u>	<u>9.516</u>	<u>35.873</u>

Os processos jurídicos com fatos geradores anteriores a aquisição da extinta EPSA (novembro de 2022) pela Companhia, tem o direito de ser indenizada pelos antigos controladores. Com isso, adições ou reversões referentes a esses períodos são registradas contra ativo indenizatório, não impactando o resultado do período e o fluxo de caixa da Companhia. No período findo em 30 de junho de 2026, o montante de R\$3.237 (R\$15.373 em 31 de dezembro de 2025) foi revertido contra ativo indenizatório.

Perdas possíveis

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Tributárias	37.240	26.606
Cíveis, regulatórias e ambientais	44.363	59.133
Trabalhistas	18.820	16.897
Total	<u>100.423</u>	<u>102.636</u>

Os principais processos classificados como possíveis estão destacados abaixo:

Tributárias: Disputas judiciais envolvendo, principalmente, a cobrança de ISS lavradas pela prefeitura municipal onde a Companhia possui operação.

Cíveis, regulatórias e ambientais: O montante de R\$44.363 refere-se a autuações aplicadas por órgãos ambientais federais com alegações de possíveis descumprimentos de normas e regulamentos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 era de R\$490.228, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 543.750.625 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo 435.000.500 ações ordinárias de titularidade da Corredor Logística e Infraestrutura S.A., representando 80% de ações de emissão da companhia; e 108.750.125 ações ordinárias de titularidade da Rumo, representando 20% das ações de emissão da Companhia.

Em 28 de janeiro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), e após recomendação do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada na mesma data, foi confirmada a eficácia da redução de capital da Companhia, conforme deliberação em AGE de 25 de outubro de 2024, posteriormente rerratificada na AGE de 27 de dezembro de 2024.

O valor da redução de capital foi de R\$130.000, cujo desembolso ocorreu em 30 de janeiro de 2025, sendo: (i) R\$104.000 destinados ao acionista controlador, CLI Norte; (ii) R\$26.000 destinados aos acionistas minoritários. Após a operação, mantiveram-se as proporções de participação acionária existentes anteriormente à redução de capital.

Em 30 junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$360.228, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 543.750.625 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, distribuídas nas mesmas proporções anteriores à redução de capital.

17.2. Reserva de Capital e lucros

17.2.1. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente, por meio de destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem como objetivo assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

No exercício findo em 2025, foi constituído a reserva no montante de R\$2.296.

17.2.2. Reserva de retenção lucros

Os lucros remanescentes após as destinações estatutárias (dividendos e reserva legal) são apresentados nesta reserva. Após recomendação do Conselho de Administração da Companhia, foi aprovado pela Assembleia Geral Ordinária a constituição de reserva de retenção de lucros no montante de R\$32.712.

17.2.3. Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios são determinados pela Assembleia Geral com base na proposta da Administração, assegurando a distribuição mínima não inferior, a cada exercício, a 25% do lucro líquido ajustado, na forma prevista pela Lei das S.A. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos adicionais aos acionistas.

Referente ao exercício de 2025, o Conselho de Administração recomendou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de R\$10.904 aos seus acionistas, tendo sido aprovado em Assembleia Geral Ordinária. O montante foi pago em 11 de junho de 2026.

17.2.5. Transações entre acionistas

Conforme interpretação técnica emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 09 (R2) (ICPC), negociações subsequentes entre acionistas, em perda de controle pela controladora, devem ser registradas como transações entre acionistas no patrimônio líquido da Companhia.

Decorrente da troca de ações realizadas em 2024, onde a Rumo S.A. passou a ser acionista da Companhia e a consequente versão do acervo líquido da extinta EPSA no processo de incorporação, a Companhia registrou o montante de R\$234.957 como transações entre acionistas.

18. RESULTADO POR AÇÃO

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias em circulação no durante o período.

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(945)	(28.454)	26.864	(3.207)
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo de resultado básico por ação (milhares)	543.751	543.751	543.751	543.751
Resultado básico por ação - R\$ mil	(0,00)	(0,05)	0,05	(0,01)

Não há ações ou instrumentos patrimoniais que gerem potenciais efeito de diluição no lucro para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e de 2025.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No curso de seus negócios, a Companhia gerencia ativamente os riscos de crédito, liquidez e de mercado, portanto, os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

Classificação por categoria		Nível	30/06/2026	
			Contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	-	365.918	365.918
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	5.301	5.301
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	713	713
Outros créditos	Custo amortizado	-	4.256	4.256
Total			376.188	376.188
Passivos financeiros				
Debêntures	Custo amortizado	-	1.355.813	1.364.594
Fornecedores	Custo amortizado	-	23.805	23.805
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	-	188.695	188.695
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	34.273	34.273
Outras contas a pagar	Custo amortizado	-	13.978	13.978
Total			1.616.564	1.625.345

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), descontado a valor presente pelo fator de desconto referente à data de vencimento do título, o qual é obtido a partir da curva de juros de mercado em reais. Para as aplicações financeiras (equivalente de caixa), os quais os juros são pós-fixados, o valor justo aproxima-se do custo amortizado. A Companhia não possui títulos com juros pré-fixados.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são classificados da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos.
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, incluindo risco de mercado (que abrange risco cambial, risco de volatilidade no preço das ações, e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Abaixo, apresenta-se a natureza e a extensão de cada um dos riscos mencionados, detalhando os procedimentos adotados pela Companhia para mitigá-los e gerenciá-los adequadamente.

19.1. Risco de crédito

A política de vendas da Companhia a leva em consideração o nível de risco de crédito que está disposta a assumir no curso de seus negócios. Para mitigar riscos, a Companhia adota procedimentos voltados para a diversificação da sua carteira de recebíveis, a seletividade na escolha de seus clientes, bem como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e a definição de limites individuais de posição.

Esses procedimentos têm como objetivo minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu saldo a receber de clientes, promovendo maior segurança e controle sobre a exposição a riscos de crédito.

19.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, a Companhia estabelece premissas de desembolsos e recebimentos futuros, que são monitoradas constantemente pela área de tesouraria.

19.3. Risco de mercado

a) Risco com taxa de juros

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros, que podem resultar em aumento das despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, bem como ao passivo junto ao poder concedente.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A Administração se baseou nas taxas divulgadas pela B3 para a realização da análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros. Como estimativa de cenário mais provável, a Administração considerou as taxas futuras divulgadas pelo mercado para os próximos 12 meses do CDI e IPCA. Adicionalmente, foram estimados cenários alternativos, com valorização adicional de 25% e 50% nas taxas do cenário provável, respectivamente para os cenários II e III, para os próximos 12 meses.

			30/06/2026			
	Risco	Taxa provável	Exposição	Cenário Provável I	Cenário Provável II	Cenário Provável III
Aplicações financeiras	CDI	14,03%	357.970	50.223	62.779	75.335
Ativos financeiros			<u>357.970</u>	<u>50.223</u>	<u>62.779</u>	<u>75.335</u>
Passivo de arrendamentos	IPCA	3,85%	188.695	7.887	9.859	11.831
Debêntures	IPCA	3,85%	525.142	21.951	27.439	32.926
Debêntures	CDI	14,03%	830.671	116.543	145.679	174.815
Passivos financeiros			<u>1.544.508</u>	<u>146.381</u>	<u>182.977</u>	<u>219.572</u>
Exposição líquida/ impacto no resultado			<u>(1.186.538)</u>	<u>(96.158)</u>	<u>(120.198)</u>	<u>(144.237)</u>

b) Risco de liquidez

A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos	Total de fluxo de caixa contratual esperado (valores nominais)	Juros a incorrer	Valor contábil em 30/06/2026
Fornecedores	23.805	-	-	23.805	-	23.805
Debêntures	346.929	281.910	1.693.915	2.322.754	(966.942)	1.355.812
Passivo de arrendamento	18.347	35.073	289.470	342.890	(154.195)	188.695
Partes relacionadas	34.273	-	-	34.273	-	34.273
Outras contas a pagar	13.978	-	-	13.978	-	13.978
Passivos financeiros	<u>437.332</u>	<u>316.983</u>	<u>1.983.385</u>	<u>2.737.700</u>	<u>(1.121.137)</u>	<u>1.616.563</u>

c) Risco com taxa de câmbio

Em 30 de junho de 2026, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos aos efeitos de tradução. Os ativos e passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio, registrados no balanço patrimonial, são demonstrados no quadro a seguir:

	30/06/2026
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	4.729
Clientes estrangeiros	5.305
Total	<u>10.034</u>

A seguir, são demonstrados os ganhos que teriam sido reconhecidas no resultado do exercício findo em 30 de junho de 2026, de acordo com os seguintes cenários:

Taxa R\$/US\$	Controladora			
	5,1273	5,2900	6,4091	7,6909
Ativos em dólar	Exposição US\$ mil	Cenário provável	Cenário I apreciação 25%	Cenário II apreciação 50%
Caixa e equivalentes de caixa	922	148	1.180	2.362
Clientes estrangeiros	1.035	170	1.328	2.655
	<u>1.957</u>	<u>318</u>	<u>2.508</u>	<u>5.017</u>

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano para 90 dias, conforme cotações obtidas na B3 em 30 de junho de 2026 e alinhada aos primeiros vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio, R\$5,2900/US\$1,00. Os cenários I e II consideram um aumento do dólar norte-americano de 25% (R\$6,4091/US\$1,00) e de 50% (R\$7,6909 /US\$1,00), respectivamente.

A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (pronunciamento técnico CPC 40).

20. RECEITA OPERACIONAL

A Companhia reconhece receita, conforme segue:

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Mercado interno	46.396	101.569	86.899	140.580
Mercado externo	117.054	203.988	131.071	198.721
Total de receita bruta	163.450	305.557	217.970	339.301
Impostos sobre vendas	(12.324)	(24.166)	(19.468)	(29.377)
Total de receita líquida	<u>151.126</u>	<u>281.391</u>	<u>198.502</u>	<u>309.924</u>

21. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Material de uso e consumo	(11.303)	(18.649)	(6.497)	(13.268)
Pessoal e benefícios	(26.657)	(59.028)	(27.069)	(53.331)
Serviços de terceiros	(14.428)	(27.873)	(12.212)	(23.947)
Elevação portuária	(16.286)	(26.919)	(15.304)	(27.599)
Gastos com rateios corporativos	(43)	(241)	(179)	(414)
Gastos (Reversões) com manutenção periódica	3.242	(15.596)	(6.484)	(17.147)
Reversão de provisões para crédito de liquidação duvidosa e estoques	2.503	3.129	357	357
Provisão para contingências	(2.948)	(3.128)	(301)	(413)
Depreciação e amortização	(40.455)	(80.871)	(41.478)	(83.145)
Outras receitas (despesas)	(651)	(2.715)	(2.055)	(1.701)
	<u>(107.026)</u>	<u>(231.891)</u>	<u>(111.222)</u>	<u>(220.608)</u>

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Custos dos serviços prestados	(60.731)	(136.971)	(60.747)	(121.441)
Despesas gerais, administrativas e comerciais	(20.549)	(44.416)	(26.361)	(50.484)
Outras despesas, líquidas	(25.746)	(50.504)	(24.114)	(48.683)
Total	<u>(107.026)</u>	<u>(231.891)</u>	<u>(111.222)</u>	<u>(220.608)</u>

22. RESULTADO FINANCEIRO

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Receita sobre aplicação financeira	10.497	22.521	13.487	20.871
Outras receitas financeiras	274	547	121	264
Total das receitas financeiras	<u>10.771</u>	<u>23.068</u>	<u>13.608</u>	<u>21.135</u>
Juros sobre debêntures obtidas	(45.446)	(91.006)	(52.468)	(95.700)
Juros apropriados com arrendamento	(6.594)	(13.225)	(6.778)	(13.690)
Outras despesas financeiras	(431)	(2.763)	(278)	(704)
Total das despesas financeiras	<u>(52.471)</u>	<u>(106.994)</u>	<u>(59.524)</u>	<u>(110.094)</u>
Variação cambial, líquida	(303)	(2.522)	(1.160)	(2.392)
Total Resultado Financeiro	<u>(42.003)</u>	<u>(86.448)</u>	<u>(47.076)</u>	<u>(91.351)</u>

23. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

Durante o período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais, de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

	30/06/2026	30/06/2025
Outras transações que não envolveram caixa:		
Transferência de intangível para imobilizado	1.260	-
Adição de direito de uso e passivo de arrendamento	-	4.155
Remensuração do direito de uso e passivo de arrendamento	6.012	8.756

24. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para publicação em 6 de agosto de 2026.